

DESINFORMAÇÃO INTERSEMIÓTICA NA AUDIODESCRIÇÃO: A Inteligência Artificial em Contextos Escolares Inclusivos

INTERSEMIOTIC MISINFORMATION IN AUDIO DESCRIPTION: Artificial Intelligence in Inclusive School Settings

DESINFORMACIÓN INTERSEMIÓTICA EN LA AUDIODESCRIPCIÓN: Inteligencia Artificial en Entornos Escolares Inclusivos

Adriano Alves da Silva

Mestre em Comunicação e Sociedade (UFF); MBA em Comunicação Empresarial e Marketing; Pós-graduado em Metodologias Educacionais Inovadoras; Pós-graduado em Arteterapia; Bacharel em Comunicação Social; Licenciado em Artes Visuais.

agencia.adriano@gmail.com



0000-0003-0654-7034

Anderson da Costa Lacerda

Mestre em Ciências e Biotecnologia (UFF); Pós-graduação em Docência para Educação Profissional e Tecnológica; Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Pós-graduação em Gestão Estratégica da Inovação e Política de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal do Tocantins (UFT); Graduado em Gestão da Tecnologia da Informação, Universidade Estácio de Sá - Rio de Janeiro, RJ.

costa_lacerda@id.uff.br



0000-0002-1862-2743

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT) e do Grupo Lattes Educação, Cultura e Transversalidade (UNITINS). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) e na Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Coordena pesquisas em ensino de jornalismo digital e preservação da Memória. Pesquisa sobre formação, ensino e processos educativos no Brasil e na União Europeia.

gilsonporto@uft.edu.br



0000-0002-5335-6428

Correspondência: ARSO 61, Alameda 8, Lote 13, Casa 01. Palmas/TO. CEP: 77016-354.

Recebido em: 25.08.2025.

Aceito em: 25.09.2025.

Publicado em: 22.10.2025.

RESUMO

Este estudo analisa criticamente os riscos de desinformação intersemiótica causados pelo uso de inteligências artificiais generativas (IAGs) na audiodescrição de imagens artísticas voltadas a estudantes com deficiência visual (PcDV) no ambiente escolar. A pesquisa utilizou uma imagem autoral inédita submetida às plataformas do ChatGPT e Gemini para gerar audiodescrições automatizadas, que foram analisadas no âmbito discursivo, com validação crítica por consultores PcDVs. Os resultados indicaram apagamentos simbólicos, simplificações estéticas e ausência de contextualização sensível, evidenciando riscos à fruição estética e à inclusão. Embora se trate de tecnologias promissoras, este estudo conclui que o uso das ferramentas de IA requer mediação ética e pedagógica. As IA Generativas não substituem a escuta, a subjetividade e a experiência humana, exigindo formação docente e políticas inclusivas fundamentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Audiodescrição; Inteligência Artificial; Desinformação Intersemiótica; Inclusão Escolar; PcDV; Arte e Tecnologia.

Introdução

A emergência da Inteligência Artificial Generativa (IAG), como por exemplo, o ChatGPT, da OpenAI, e o Gemini, do Google, tem alterado substancialmente os modos

de produção, circulação e mediação de informações no espaço educacional. Apresentadas como ferramentas acessíveis e eficientes, essas tecnologias vêm sendo incorporadas, de modo crescente, a práticas pedagógicas que visam promover a inclusão de estudantes com deficiência visual (PcDV). No entanto, essas ferramentas operam com base em algoritmos opacos e, embora vendidas sob o rótulo de neutralidade e universalidade, muitas vezes reproduzem padrões hegemônicos, normativos e reducionistas (UNESCO, 2023).

Neste cenário, torna-se necessário problematizar a forma como professores, mesmo bem-intencionados e ingenuamente imbuídos do desejo de promover acessibilidade, acabam, por desconhecimento técnico ou ausência de formação crítica, colaborando com processos de desinformação intersemiótica — isto é, a tradução empobrecida ou distorcida de conteúdos visuais para outras linguagens semióticas, como a verbal. A desinformação estrutural no campo educacional decorre não apenas da disseminação de conteúdos falsos ou enganosos, mas da reprodução de práticas pedagógicas descoladas de seus contextos sociais e simbólicos. Em se tratando da mediação de imagens por IAGs, o problema torna-se mais agudo, visto que a imagem, por sua própria natureza polissêmica, já se apresenta como um desafio interpretativo entre interlocutores humanos. A obra visual não carrega um único significado, mas uma pluralidade de leituras possíveis, condicionadas por fatores culturais, subjetivos e históricos (Didi-Huberman, 2003; Kress; Van Leeuwen, 2006). Automatizar esse processo, portanto, acarreta riscos substanciais de silenciamento simbólico e apagamento de sentidos, especialmente para públicos vulnerabilizados como as PcDVs.

A crítica à chamada inclusão tecnocrática, formulada por Boaventura de Sousa Santos (2016), auxilia na compreensão desse problema. Para o autor, trata-se de uma inclusão conduzida "de cima para baixo", centrada em soluções técnico-gerenciais que negligenciam o protagonismo dos sujeitos e suas epistemologias locais. A inclusão tecnocrática, nesse sentido, tende a despolitizar a exclusão, reduzindo-a a um problema funcional resolvível por meio da introdução de dispositivos ou plataformas digitais. Ao fazê-lo, homogeneiza as práticas educativas, ignora as especificidades culturais e reforça a dependência das populações excluídas em relação aos detentores do saber técnico. Mais grave ainda, promove uma lógica de integração ao sistema vigente, sem transformá-lo, afastando-se de uma inclusão genuinamente emancipatória.

Este artigo parte, assim, da hipótese de que o uso acrítico de IAGs na audiodescrição de imagens artísticas para PcDVs, especialmente quando realizado por professores sem formação específica, pode precarizar a experiência estética e cognitiva desses sujeitos, convertendo a acessibilidade em desinformação. A análise aqui empreendida articula-se com a tradição da Análise do Discurso de linha francesa (Pêcheux, 1990; Orlandi, 2005), com a gramática visual de Kress e van Leeuwen (2006), e com os princípios da A/R/Tografia (Irwin *et al.*, 2004), valorizando uma mediação estética situada, responsiva e sensível.

À luz das diretrizes da UNESCO (2023), sustenta-se a necessidade de uma pedagogia crítica das tecnologias, em que a inteligência artificial seja tratada como aliada complementar — e não substitutiva — da escuta, da subjetividade e da mediação humana.

Audiodescrição como mediação intersemiótica

A audiodescrição (AD), enquanto prática tradutória intersemiótica, transcende a mera transposição do visual para o verbal. Ela representa um gesto de mediação que implica escolhas linguísticas, éticas e estéticas, atravessadas por contextos socioculturais, subjetividades e regimes de visibilidade. Conforme Neves (2011), a AD não se trata apenas de tornar visível o que não pode ser visto, mas de construir sentidos que respeitem a complexidade e a polissemia da imagem original, bem como, as intersubjetividades inerentes a cada sujeito.

A descrição de uma imagem para uma pessoa com deficiência visual envolve mais do que enunciar o que há. Implica reconhecer o que pode ser dito, como pode ser dito e para quem se diz. Nesse sentido, a AD deve ser pensada como uma prática discursiva situada, permeada por relações de poder, discursos normativos e disputas semânticas. É nesse ponto que a intersemiose se entrelaça com a ética: o tradutor audiodescritor não apenas traduz, mas interpreta e agencia sentidos.

Na perspectiva intersemiótica, conforme sustentam Jakobson (1959) e Hurtado (2008), a transposição entre códigos semióticos (do visual para o verbal, por exemplo) não é neutra nem automática. A mediação depende de filtros culturais, intencionais e experienciáveis. A gramática visual de Kress e van Leeuwen (2006) revela que elementos como cor, ângulo, proximidade e enquadramento comunicam dimensões que não podem ser simplesmente reduzidas a palavras. A tentativa de automatizar esse processo por meio da IA corre o risco de produzir uma “tradução empobrecida” da

imagem, centrada na materialidade aparente, desconsiderando aspectos sensíveis, contextuais e poéticos.

Ademais, a classificação das modalidades de AD adotadas neste estudo - objetiva, funcional, interpretativa e poética (Motta, 2010) - expõe a diversidade de abordagens possíveis, nenhuma das quais pode ser considerada "neutra" ou universal. Cada uma se ancora em diferentes propósitos comunicativos: informar, orientar, emocionar ou sensibilizar. A adoção automática de um único modelo pela IA, sem o devido alinhamento com o perfil do público-alvo, com o contexto pedagógico ou com os princípios de acessibilidade crítica, pode desinformar em vez de incluir.

Portanto, entender a AD como mediação intersemiótica implica assumir sua condição de produção discursiva situada. Isso exige não apenas competência técnica, mas formação estética, escuta sensível e compromisso ético com a pluralidade de sentidos possíveis. É nesse horizonte que este artigo tensiona a aplicação das IAs generativas, argumentando que a automatização da AD - quando desprovida de validação humana e sensível - transforma uma tecnologia de acesso em um vetor de desinformação simbólica e estética.

Imagem como signo polissêmico

A imagem, enquanto signo, opera em um campo de sentidos abertos, múltiplos e, muitas vezes, contraditórios. Sua natureza polissêmica a posiciona como um vetor potente de comunicação, evocando leituras que extrapolam a intencionalidade de quem a produz ou a codifica. Como afirmado por Adriano Alves da Silva (2019), "a imagem é dotada de agência social e simbólica, capaz de interferir no modo como os sujeitos se percebem e são percebidos" (Silva, 2019, p. 8). Essa capacidade relacional da imagem é atravessada por dimensões culturais, históricas, éticas e estéticas que desafiam os sistemas automatizados de leitura e descrição.

A contribuição de Alfred Gell (2018) é central para essa discussão. Em sua teoria da arte como sistema de ação, Gell propõe que as imagens são agentes sociais, dotadas de eficácia material e simbólica. Ao invés de serem apenas representações passivas, elas "agem sobre" os sujeitos, instaurando redes de agência distribuídas entre o artista, a obra, o público e o contexto. Segundo o autor, a arte funciona como uma armadilha de agência (agency trap), isto é, como um artefato que captura a atenção, a emoção e a conduta dos sujeitos envolvidos em sua fruição. Tal perspectiva desloca o foco da imagem como representação para a imagem como relação.

O pensamento de Gilles Deleuze (1990) aprofunda essa compreensão ao propor que a imagem, sobretudo a artística, não é reflexo ou representação de um real, mas a produção de uma dada realidade. A imagem, nesse sentido, “é” em si mesma, uma força, uma vibração que atravessa corpos, afetos e pensamentos. Em sua filosofia da diferença, a imagem escapa à lógica da identidade e da representação fixa, abrindo-se ao devir e à multiplicidade. É por isso que Deleuze e Guattari (1995) sugerem que a arte é sempre um plano de consistência — um espaço em que os signos se interconectam para além dos códigos dominantes.

Jacques Aumont, estudioso da imagem e da visualidade, reforça essa ideia ao afirmar que “toda imagem carrega em si não apenas o que mostra, mas sobretudo aquilo que oculta, que provoca, que interrompe” (Aumont, 2011, p. 74). Nesse sentido, a imagem se torna um lugar de disputa semiótica, ideológica e epistêmica. É essa dimensão latente - e muitas vezes silenciada - que os processos automatizados de descrição ignoram ou neutralizam.

Em contextos educacionais, como os que envolvem a mediação de imagens para estudantes com deficiência visual, tal neutralização se traduz em desinformação. Quando a IA desconsidera a polissemia e reduz a imagem a um conjunto de elementos formais descontextualizados, ela não apenas empobrece a experiência estética da PcDV, como reproduz um modelo de cognição centrado na literalidade, esvaziando a potência crítica e subjetiva da arte. Como bem adverte Didi-Huberman (2003), ver é, antes de tudo, ver o que falta. Descrever uma imagem é, assim, também um ato de escolha, de poder e de responsabilidade ética.

Ao tratar a imagem como signo polissêmico, este artigo reivindica a necessidade de abordagens interpretativas e sensíveis à alteridade no processo de audiodescrição. Isso implica reconhecer que nenhuma descrição será definitiva, neutra ou isenta de posicionamento. O que se demanda é uma ecologia dos sentidos (Rolnik, 2006), na qual as tecnologias estejam a serviço da diversidade de olhares — e não de sua normalização.

Inteligência artificial generativa e viés algorítmico

A Inteligência Artificial Generativa (IAG) desponta como uma das tecnologias mais influentes do século XXI, com potencial para transformar radicalmente os processos educativos, cognitivos e culturais. No entanto, seu uso indiscriminado e não regulamentado, especialmente em práticas educacionais inclusivas, revela contradições estruturais e riscos éticos profundos. Entre eles, destaca-se o viés algorítmico: uma

forma de desinformação estrutural que atua silenciosamente na produção automatizada de conteúdos, incluindo a audiodescrição de imagens artísticas para pessoas com deficiência visual (PcDV).

Como argumenta Lucia Santaella (2019), a IA se inscreve na lógica da hipercodificação digital, onde os dados passam a reger as formas de conhecer e representar o mundo. Tal regime cognitivo não é neutro: ele se estrutura sobre bancos de dados historicamente alimentados por narrativas dominantes, excludentes e normativas. Consequentemente, as respostas produzidas por IAs não são apenas sínteses estatísticas, mas projeções de mundos possíveis já pré-formatados.

Dora Kaufman (2021), ao refletir sobre a interação humano-máquina, alerta para o mito da autonomia algorítmica. O que se observa, segundo a autora, é uma delegação simbólica do juízo crítico a sistemas que não compartilham nem experiência estética, nem responsabilidade ética. No caso da audiodescrição, essa delegação torna-se ainda mais sensível, pois afeta diretamente a maneira como uma PcDV acessa o mundo imagético. A ausência de agência humana nesse processo é, na verdade, um esvaziamento da experiência estética mediada.

A crítica de Shoshana Zuboff (2019) ao capitalismo de vigilância também é pertinente nesse contexto. A autora argumenta que os sistemas de IA operam sobre uma lógica extrativista de dados, capturando comportamentos, inferências e padrões para retroalimentar algoritmos preditivos. No campo educacional, isso significa que até mesmo a experiência sensível da PcDV pode ser transformada em dado, servindo a fins mercadológicos em vez de emancipatórios.

André Lemos (2023) amplia esse debate ao apontar para o colonialismo digital: um processo pelo qual as infraestruturas tecnológicas, majoritariamente desenvolvidas no Norte Global, se impõem sobre outras formas de conhecimento e produção cultural. A IAG, nesse cenário, reforça uma semiótica dominante que apaga alteridades e subjetividades. No caso das imagens, isso se reflete em descrições normativas, eurocentradas e capacitistas, produzidas por sistemas treinados com corpus desprovidos de diversidade.

Martha Gabriel (2017), por sua vez, chama a atenção para o paradoxo da conectividade: quanto mais conectados, mais vulneráveis à manipulação da informação. A autora alerta para a necessidade de desenvolver uma alfabetização digital crítica — algo que se torna ainda mais urgente quando tratamos da relação entre IA, inclusão e desinformação.

Dessa forma, a promessa de neutralidade algorítmica se desfaz diante dos múltiplos vieses embutidos nos sistemas de IAG. Esses vieses não são falhas técnicas, mas sintomas de um projeto tecnocognitivo que ainda carece de ética, pluralidade e escuta sensível. Quando aplicados à audiodescrição, esses sistemas correm o risco de reforçar desigualdades simbólicas e cognitivas, sob a fachada de uma inclusão automatizada e despolitizada.

Desinformação educativa e vulnerabilidade informacional da PcDV

A crescente inserção de tecnologias digitais na educação tem evidenciado um paradoxo fundamental: embora prometam ampliar o acesso ao conhecimento, essas mesmas tecnologias têm intensificado processos de desinformação, especialmente entre estudantes em situação de maior vulnerabilidade cognitiva e social, como as pessoas com deficiência visual. A introdução da IAG como ferramenta de mediação didática em escolas brasileiras tem exposto não apenas a precariedade das formações docentes em tecnologias assistivas, mas também a reprodução de um modelo de ensino que desconhece os fundamentos éticos, estéticos e epistêmicos da acessibilidade crítica. Isto revela que os mecanismos de produção de ignorância e desinformação no contexto educacional não se limitam à circulação de conteúdos falsos, mas estão enraizados nas estruturas de formação docente, nas políticas públicas e na ausência de condições materiais e simbólicas para uma prática pedagógica crítica com tecnologias. Nesse sentido, a desinformação não é um erro contingente, mas uma consequência da lógica formativa que negligencia tanto o letramento digital quanto a compreensão das necessidades específicas de estudantes PcDV.

De acordo com o Relatório da UNESCO (2023), o uso da IA em contextos educacionais deve ser precedido por uma análise cuidadosa dos riscos, sobretudo para os públicos mais vulneráveis. A entidade adverte que “a integração apressada de tecnologias automatizadas pode acentuar desigualdades, reforçar estereótipos e limitar a pluralidade epistêmica no espaço escolar” (UNESCO, 2023, p. 45). Em coerência com essa preocupação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) reconhece a importância do letramento digital e da análise crítica da informação como competências fundamentais da formação cidadã, mas não especifica diretrizes práticas para docentes que atuam com recursos de acessibilidade, tampouco aborda as peculiaridades do uso de IAG com PcDVs.

Autores como Josélia Neves (2011) e Livia Motta (2010) defendem que a audiodescrição não é um ato técnico, mas um processo de tradução sensível, situado,

poético e responsivo às particularidades do público. Neves (2011, p. 94) adverte que “a neutralidade na audiodescrição é uma falácia”, pois toda mediação é atravessada por escolhas discursivas. No caso da IAG, essas escolhas são feitas a partir de bancos de dados enviesados, que não consideram a heterogeneidade sensível, cultural e política das PcDVs.

Somam-se a isso as fragilidades na formação docente. Como destacam Araújo *et al.* (2025), os professores têm dificuldade em reconhecer e combater a desinformação digital justamente por não terem sido preparados para operar criticamente com tecnologias em sala de aula. A ingenuidade em relação à IA se manifesta na crença de que ferramentas como o ChatGPT, ou Gemini operam de forma “correta” e “objetiva” na tradução de imagens, quando, na verdade, reproduzem estéticas hegemônicas, apagando a pluralidade de sentidos das imagens artísticas e comprometendo o acesso epistemicamente justo à cultura visual.

Nesse sentido, há uma urgente necessidade de formação continuada que considere os pressupostos da justiça epistêmica (Fricker, 2007) e da pedagogia crítica da acessibilidade. A vulnerabilidade informacional da PcDV, portanto, não pode ser vista como uma deficiência cognitiva, mas como um efeito colateral da ausência de políticas públicas eficazes e de práticas docentes engajadas com a complexidade da mediação intersemiótica.

Inclusão crítica e diretrizes da UNESCO

A concepção de inclusão como um processo em constante construção, e não como uma meta estanque a ser alcançada, representa um dos pilares do pensamento contemporâneo no campo das políticas educacionais e da acessibilidade crítica. Tal perspectiva está presente na produção acadêmica de autoras como Mônica Pereira dos Santos (2016) e de diversos pesquisadores vinculados a este campo (Santos, 2016; Sousa; Oliveira; Castro, 2021).

Para Santos (2016), a inclusão crítica exige a desnaturalização das práticas escolares excludentes e o reposicionamento epistemológico das vozes historicamente marginalizadas. A autora argumenta que o paradigma da inclusão deve ser compreendido como uma postura ética, política e estética que não se restringe ao acesso formal, mas visa à transformação dos modos de ensinar, aprender e conviver com a diferença.

Essa abordagem crítica é compartilhada pelas diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No relatório

Technology in Education: A Tool on Whose Terms? (2023), a UNESCO alerta que a integração das tecnologias no ensino deve ocorrer de modo regulado, participativo e socialmente situado. O documento afirma que “sem estruturas de governança e formação docente adequada, o uso de tecnologias, inclusive da inteligência artificial, pode ampliar desigualdades e aprofundar exclusões preexistentes” (UNESCO, 2023, p. 19).

O arcabouço normativo brasileiro também reflete essas tensões. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e à sua preparação para o exercício da cidadania. A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão, consolida o direito das pessoas com deficiência à educação em igualdade de condições com as demais pessoas, em todos os níveis e modalidades de ensino (Brasil, 2015).

Entretanto, a implementação desses dispositivos enfrenta obstáculos recorrentes: cortes orçamentários, retrocessos legais, disputas ideológicas, descontinuidade de políticas públicas e resistências institucionais. Tais desafios escancaram que a luta pela inclusão se dá em terreno conflituoso e requer vigilância permanente da sociedade civil, da comunidade científica e das próprias PcDs.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece como competências gerais da educação básica a valorização da diversidade, a empatia, o respeito e a promoção de direitos humanos (Brasil, 2018). No entanto, a ausência de detalhamento sobre a operacionalização pedagógica da inclusão, especialmente com uso de tecnologias, evidencia um hiato entre norma e prática.

Nesse cenário, a inclusão crítica exige o reconhecimento da diferença como valor e da deficiência como expressão legítima da diversidade humana. Significa, portanto, criar ecossistemas educacionais nos quais as tecnologias digitais — inclusive as de IA — sejam apropriadas de forma ética, criativa e contextualizada. Isso supõe a escuta ativa das PcDVs, a formação docente continuada e o engajamento intersetorial.

Como reforça Sousa *et al.* (2021, p. 12), “a inclusão não é uma condição natural ou espontânea, mas uma construção coletiva que exige políticas públicas sólidas, epistemologias plurais e práticas educativas dialógicas”. Trata-se, em última instância, de disputar o sentido da própria educação: se ela será instrumento de reprodução das desigualdades ou campo de invenção de novos mundos possíveis.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, de caráter aplicado, que adota como procedimento metodológico o estudo de caso múltiplo com abordagem discursiva. A investigação analisa comparativamente as audiodescrições geradas por ferramentas de IA generativa (ChatGPT e Gemini) a partir de uma imagem artística autoral inédita, submetida a duas plataformas, considerando os impactos na mediação estética para estudantes com deficiência visual (PcDVs). A análise foi complementada por pareceres de consultores PcDVs, com foco em elementos de apagamento simbólico, simplificação e ausência de contextualização. A pesquisa é fundamentada em dois eixos metodológicos principais: a A/R/Tografia (Irwin *et al.*, 2004) e a Análise de Discurso de linha francesa (Pêcheux, 1990; Orlandi, 2005). A metodologia busca revelar como se constroem, discursivamente, os sentidos mediados pela IA na tradução intersemiótica de imagens para pessoas com deficiência visual.

A A/R/Tografia estrutura-se a partir do entrelaçamento dos papéis de Artista, Pesquisador e Professor. Nessa pesquisa, é escolhida uma imagem artística autoral bidimensional, contendo elementos visuais carregados de representatividade subjetiva. Essa imagem é utilizada como ponto de partida para o experimento central do estudo, concebida pelo próprio pesquisador-artista. Esta imagem é submetida a duas diferentes inteligências artificiais generativas com capacidade de interpretação imagética (ChatGPT e Gemini), utilizando o mesmo prompt padronizado (Criar audiodescrição para PcDV), a fim de garantir uniformidade no input textual.

As audiodescrições geradas por cada IA são então analisadas sob a lente da Análise do Discurso de linha francesa, com atenção especial às formações discursivas, efeitos de sentido, silenciamentos e posições ideológicas implícitas nas escolhas linguísticas. Com base na Análise do Discurso francesa, investiga-se:

- As formações discursivas que estruturam a descrição;
- Os efeitos de sentido produzidos e os posicionamentos ideológicos implicados;
- Os elementos do não dito ou do silenciado: o que foi omitido na descrição? Que camadas visuais, simbólicas ou contextuais foram ignoradas ou apagadas pela IA?
- Classificação das audiodescrições conforme os modelos: objetiva (neutra e descritiva), funcional (voltada à compreensão prática), interpretativa (com análise subjetiva) e poética (com linguagem metafórica e sensível).

Complementando essa abordagem, a pesquisa ancora-se epistemologicamente na vertente fenomenológico-hermenêutica, que permite acessar os sentidos atribuídos pelos sujeitos às experiências de mediação estética por tecnologias de inteligência artificial. Essa escolha epistemológica reforça o compromisso com a compreensão da experiência vivida pelos estudantes com deficiência visual e pelos pesquisadores envolvidos, reconhecendo o lugar da subjetividade, da historicidade e da linguagem na constituição dos sentidos (Gadamer, 1999; Ricoeur, 1997). Assim, a investigação não busca apenas descrever tecnicamente as audiodescrições, mas interpretar os modos como elas operam discursivamente, interferindo nas possibilidades de fruição, compreensão e inclusão estética. O entrelaçamento entre arte, tecnologia e educação é, portanto, analisado como um campo simbólico de disputas de sentido, onde emergem tensionamentos entre a automatização algorítmica e a escuta sensível do humano, considerando que as tecnologias de IA não são neutras, mas codificam estruturas de poder e exclusão discursiva (Dreyfus, 1992).

Escolha da imagem autoral

A pesquisa teve início com a seleção de uma imagem artística bidimensional proveniente do acervo pessoal do autor, também atuante como artista visual. Optou-se por uma obra autoral inédita, ainda não divulgada em meios digitais ou públicos, como estratégia metodológica para mitigar a possibilidade de reconhecimento prévio por parte das inteligências artificiais utilizadas. Tal precaução objetiva reduzir o risco de contaminação algorítmica, entendido aqui como a incorporação de padrões indevidos ou previamente memorizados pelos modelos, que poderiam comprometer a originalidade da resposta gerada. Essa cautela se alinha ao alerta de Bender *et al.* (2021), ao discutirem os perigos das memorizações espúrias — associações artificiais e não generalizáveis aprendidas por modelos de linguagem e imagem em função de dados enviesados ou amplamente replicados. Dito de outro modo, trata-se de evitar respostas comprometidas por traços redundantes, contaminados por múltiplas representações acumuladas, cuja convergência forçada pode gerar ruído semântico ou, em termos mais críticos, um esvaziamento cognitivo da mensagem — uma espécie de imbecilização algorítmica do conteúdo produzido.

Figura 1

Pintura em tela Canva no formato de 80 x 60 cm



Fonte: Elaborado pelo autor.

A imagem selecionada apresenta composição mista de elementos não figurativos, figurativos e recursos expressivos contemporâneos, como linhas fragmentadas, sobreposições, paletas cromáticas e ícones simbólicos. Essa configuração foi intencional: buscou-se provocar os limites interpretativos das IAs analisadas, considerando que, como destaca Dondis (1997), a leitura de imagens complexas exige não apenas percepção formal, mas repertório estético e sensibilidade contextual. Assim, a densidade semântica da imagem foi concebida como um desafio deliberado aos modelos automatizados de tradução intersemiótica.

Na perspectiva da A/R/Tografia, a seleção da imagem é um gesto de pesquisa que incorpora o fazer artístico como modo de produção de conhecimento (Irwin *et al.*, 2004). Nesse sentido, a imagem não é apenas objeto de análise, mas também dispositivo metodológico que mobiliza subjetividades, estéticas e performatividades. Como destaca Hernández (2007), a pesquisa baseada em artes permite desestabilizar dicotomias entre sujeito e objeto, ciência e sensibilidade, propondo modos outros de indagação visual e educacional.

Submissão da imagem às IAs generativas

A imagem foi submetida a duas plataformas distintas de inteligência artificial generativa com capacidade de leitura e descrição imagética: ChatGPT-4V (OpenAI) e Gemini (Google). A escolha por essas ferramentas se justifica por sua ampla difusão, acessibilidade gratuita e penetração no campo educacional informal. Cada IA recebeu a mesma instrução textual (prompt): “Criar audiodescrição para PcDV”. A padronização do comando teve como objetivo garantir a comparabilidade dos outputs gerados, simulando o uso que seria feito por educadores sem formação específica em audiodescrição.

Os textos resultantes foram coletados e armazenados para posterior análise discursiva e imagética, conforme descrito nas etapas seguintes.

Classificação das audiodescrição

As audiodescrições geradas pelas IAs (ChatGPT e Gemini) foram inicialmente analisadas individualmente e, em seguida, comparadas quanto aos elementos narrativos predominantes. A análise se concentrou na convergência e divergência entre os dois textos, observando estrutura, linguagem, sensibilidade e capacidade de captar elementos simbólicos da imagem. Essa leitura comparativa visou aferir o grau de aderência de cada IA aos diferentes modelos de audiodescrição reconhecidos na literatura especializada.

Para classificar as descrições, utilizou-se a tipologia teórica de audiodescrição proposta por Motta (2010) e Neves (2011), que reconhece quatro modelos principais:

Quadro 1

Modelos de Audiodescrição elencados para as análises

Modelo de AD	Características Principais	Referencia
Objetiva	Foco em dados visuais formais, sem interpretação; vocabulário técnico ou neutro	Motta (2010), Neves (2011)
Funcional	Ênfase na função informacional da imagem; clareza para tomada de decisão ou localização	Motta (2010)
Interpretativa	Inserção de inferências e contextualizações que auxiliem a compreensão narrativa da imagem	Neves (2011)
Poética	Uso de metáforas, ritmo, sensibilidade estética e recursos líricos para ativar o imaginário	Motta (2010), Franco (2008)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa etapa foi fundamental para problematizar a capacidade das IAs em operar com diferentes camadas de leitura e revelar o quanto a escolha algorítmica pode influenciar na construção de sentidos oferecidos à PcDV.

Análise discursiva

A etapa de análise discursiva da pesquisa fundamenta-se na tradição da Análise de Discurso de linha francesa, conforme os aportes teóricos de Michel Pêcheux (1990) e Eni Orlandi (2005). Essa abordagem entende o discurso como produção de sentido atravessada por formações ideológicas, históricas e sociais, recusando a noção de neutralidade linguística. O foco não está apenas no conteúdo explícito dos enunciados, mas também nos silenciamentos, nos efeitos de sentido e nas condições de produção.

Nesse sentido, as audiodescrições geradas pelas IAs (ChatGPT e Gemini) foram examinadas quanto às suas formações discursivas dominantes e aos marcadores de posicionamento ideológico implícitos. Para tanto, foram consideradas categorias analíticas como:

- Lexicalização e escolha vocabular: quais termos são mobilizados para representar os elementos visuais? Há vocabulário técnico, sensível ou conotativo?
- Omissões e silenciamentos: o que não é dito? Quais aspectos da imagem são ignorados ou desconsiderados na descrição automatizada?
- Modalizações e marcas enunciativas: há expressões que revelam hesitação, certeza ou interpretação? A IA assume alguma posição sobre o conteúdo descrito?
- Efetuação de sentidos hegemônicos ou alternativos: os discursos reproduzem visões estereotipadas ou ativam olhares críticos, poéticos ou plurais?

Validação crítica

A etapa de validação crítica foi conduzida com o objetivo de aferir a relevância, clareza e sensibilidade das audiodescrições pelas inteligências artificiais, à luz da experiência de pessoas com deficiência visual (PcDVs). Para isso, foram selecionados dois consultores cegos com trajetória ativa em processos de mediação cultural acessível e participação em projetos inclusivos. Essa escolha metodológica insere-se nos princípios da pesquisa-participante, defendida por Neves (2011), e nos fundamentos da justiça epistêmica, conforme Fricker (2007).

Os consultores foram convidados a ouvir as audiodescrições geradas pelo ChatGPT e Gemini. As avaliações foram realizadas por meio de entrevistas semiestruturadas, com questões que abordavam a compreensão, a expressividade, a fidelidade interpretativa e a potência estética das descrições. As respostas foram gravadas, transcritas e analisadas segundo categorias emergentes.

Resultados e Discussões

Com base no que foi proposto metodologicamente, seguem abaixo o resultado das entregas das inteligências artificiais utilizadas com base em um Prompt simples "Criar audiodescrição para PcDV". O Gemini do Google trouxe o seguinte resultado.

A pintura vibrante e abstrata apresenta um olho estilizado como ponto focal, posicionado ligeiramente à esquerda do centro. A íris do olho combina tons de roxo e azul claro, enquanto a pupila é preta com um brilho branco proeminente no canto superior esquerdo, conferindo-lhe uma sensação de profundidade e reflexão. As pálpebras são delineadas em preto, com cílios expressivos que se estendem para fora. O fundo da obra é uma explosão de cores e texturas. Tons de laranja, vermelho, verde e azul se misturam e se sobrepõem, criando um efeito dinâmico e energético. Há respingos e pinceladas soltas de tinta branca e amarela que adicionam uma camada de espontaneidade à composição. Vários elementos gráficos e palavras estão integrados à pintura. No canto superior esquerdo, a palavra "AMOR" está escrita em letras brancas sobre uma mancha azul escura. Abaixo e à esquerda do olho, a palavra "Respeito" aparece verticalmente em letras brancas, acompanhada de um pictograma de um guarda-chuva preto dentro de um quadrado com cantos destacados. Na parte inferior central, a palavra "Inclusão" é escrita em letras amarelas. No canto inferior direito, a palavra "Amor" é repetida em letras cursivas brancas, e um pictograma de uma taça de vinho quebrada está dentro de um quadrado com

cantos destacados, semelhante ao do guarda-chuva. No canto superior direito, a palavra "Alteridade" pode ser parcialmente vista em letras brancas. A assinatura "Adriana S" é visível no canto inferior direito em letras brancas. A composição geral sugere uma reflexão sobre temas como amor, respeito, inclusão e talvez a fragilidade, expressos através da representação simbólica do olhar e dos elementos textuais e pictóricos. A variedade de cores e a aplicação expressiva da tinta contribuem para uma sensação de intensidade emocional (Google Gemini, 2025).

Desta mesma forma, utilizando o mesmo comando de Prompt, o ChatGPT trouxe a seguinte descrição:

Uma explosão de cores e sentidos se manifesta nesta composição pictórica em técnica mista sobre tela. No centro da obra, em destaque absoluto, há um grande olho estilizado — o olho esquerdo — em tonalidades cinza, azul, lilás e preto, com íris violeta que vibra com nuances etéreas, evocando mistério e sensibilidade. Ele está parcialmente delineado por longos cílios negros em formas triangulares que se esgarçam em várias direções, como se fossem penas ou estilhaços em movimento. Ao fundo, uma profusão de manchas, respingos e pinceladas em camadas densas e caóticas. As cores predominantes são laranja, verde-limão, azul royal, rosa, lilás e púrpura, com traços de branco que sugerem luz, explosão e energia. Há uma presença marcante do gesto artístico, como se cada pincelada fosse uma batida do coração, expressando emoção bruta. Espalhadas pela tela, palavras escritas à mão em diferentes tamanhos e cores: "Amor", "Respeito", "Inclusão" e "Atenção" surgem como fios condutores da mensagem da obra. Estão inseridas no caos visual como âncoras poéticas. Do lado esquerdo inferior, há o ícone de um guarda-chuva preto cercado por colchetes, sugerindo proteção. No lado direito, o símbolo de uma taça rachada, também emoldurada por colchetes, aponta para a fragilidade. Ambos os ícones evocam acessibilidade e cuidado. No canto superior esquerdo, uma silhueta de pássaro branco com contornos pretos voa para fora da tela, como um sopro de liberdade ou transcendência. A imagem inteira parece pulsar — uma espécie de grito visual pela empatia e pela presença sensível. É uma obra que toca o invisível, fazendo da arte uma linguagem que se abre ao outro (OpenAI ChatGPT, 2025).

A análise revelou que ambas as IAs operam sob uma lógica descritiva padronizada, com forte presença de substantivos e adjetivos visuais neutros. No entanto, identificou-se que o ChatGPT, ao incorporar metáforas e expressões imagéticas, tensiona o modelo da neutralidade algorítmica, assumindo efeitos de sentido mais abertos e subjetivos. Já o Gemini tende a estabilizar os sentidos, privilegiando uma função descritiva e informativa da imagem.

Ambas as IAs produziram descrições com estrutura discursiva coerente, apresentando aspectos formais e descritivos. No entanto, observou-se que o Gemini tendeu a adotar um modelo mais objetivo e funcional, descrevendo a imagem em blocos informativos, com atenção à organização dos elementos e ao uso de terminologia gráfica. Já o ChatGPT, embora também iniciasse com elementos objetivos, avançava para uma abordagem poética, recorrendo a expressões líricas como "grito visual pela empatia" ou "pulsção simbólica", o que o aproxima de uma AD poética ou interpretativa.

A convergência entre as duas ADs ocorreu na identificação de elementos visuais centrais, como o olho estilizado, as palavras-chave inscritas na obra (Amor, Respeito, Inclusão) e os ícones simbólicos (guarda-chuva e taça quebrada). A divergência principal se deu na dimensão da sensibilidade: enquanto Gemini restringiu-se a uma leitura mais descritiva e literal, o ChatGPT realizou uma ampliação simbólica que remete ao estilo da audiodescrição poética descrita por Franco (2008).

Observou-se também a ausência de referências contextuais, históricas ou culturais, indicando que a IA ignora camadas simbólicas da imagem que poderiam ser relevantes para a PcDV. Tal omissão pode ser interpretada como uma forma de silenciamento discursivo, conforme argumenta Orlandi (2005), uma vez que "o não dito também estrutura os sentidos do dito".

Por fim, constatou-se que os discursos produzidos pelas IAs carregam traços de objetividade tecnocêntrica, sugerindo uma formação discursiva dominante de matriz positivista. Esse modelo tende a reduzir a polissemia da imagem e a subordinar a experiência estética da PcDV a critérios de legibilidade e padronização. A análise crítica do discurso, portanto, evidencia que a mediação automatizada não está isenta de posicionamentos ideológicos — pelo contrário, os reproduz de maneira implícita e estrutural.

Os principais apontamentos dos consultores revelaram que:

- As audiodescrições automatizadas carecem de empatia e densidade narrativa, especialmente nos trechos em que o contexto simbólico da imagem original exigiria uma mediação mais subjetiva.
- Ambas as IAs apresentaram inconsistências terminológicas e metáforas pouco claras, com destaque para a descrição do Gemini, considerada "fria" e "instrumental".
- As inferências realizadas pelas IAs são excessivas, confusas e não obedecem a uma ordem lógica e com isso, atrapalham a compreensão da narrativa imagética.

A validação demonstrou que a mediação por IA, ainda que tecnicamente elaborada, não alcança os níveis de sensibilidade e pluralidade requeridos por uma prática inclusiva crítica. Como apontam Motta (2010) e Franco (2008), a audiodescrição precisa ser responsiva, construída em diálogo com os sujeitos a quem se destina. A ausência desse diálogo nas descrições automatizadas evidencia a limitação da IA como substituta da mediação humana em contextos educacionais sensíveis.

Essa etapa reforça a defesa por modelos híbridos de mediação, em que a tecnologia atue como ferramenta complementar, e não substitutiva, do educador crítico. Valida-se, assim, a tese de que a inclusão requer escuta, coautoria e sensibilidade — dimensões que, até o momento, as inteligências artificiais não são capazes de replicar com responsabilidade estética ou ética.

Os resultados demonstraram diferenças significativas na abordagem das plataformas. A imagem gerada a partir da descrição do ChatGPT apresentou elementos visuais mais fluidos e evocativos, alinhando-se a um discurso poético que explorava sensações e metáforas visuais. No entanto, a estética predominante tendia ao onírico e genérico, esvaziando traços específicos da imagem original. Já a imagem resultante do prompt do Gemini mostrou-se mais literal e simplificada, privilegiando a clareza informacional e eliminando quase totalmente nuances simbólicas ou subjetivas.

A análise revelou divergência significativa entre as IAs quanto à linguagem, profundidade simbólica e sensibilidade. Gemini apresentou uma descrição objetiva, técnica e descritiva, com ausência de elementos subjetivos. Já o ChatGPT produziu uma versão mais poética e sensível, embora com inserções não visuais que podem confundir o receptor.

A validação crítica revelou frustração dos consultores PcDVs com as audiodescrições. Apontaram que, apesar de bem escritas, ambas careciam de contexto,

intenção e afeto. Reiteraram que inclusão não é apenas acesso à informação, mas à experiência estética.

Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo investigar criticamente os riscos de desinformação intersemiótica advindos do uso de inteligências artificiais generativas (IAG) na audiodescrição de imagens artísticas em contextos escolares, com foco na experiência de estudantes com deficiência visual (PcDV). A hipótese orientadora sustentava que, embora eficientes em termos sintáticos, as IAGs carecem de competência estética, simbólica e ética para mediar de forma sensível e responsável a experiência visual e artística.

Os resultados confirmaram a hipótese e revelaram evidências concretas da desinformação operada pelas IAGs analisadas (ChatGPT e Gemini). As descrições geradas, embora coerentes do ponto de vista estrutural, mostraram-se incapazes de acessar camadas simbólicas fundamentais da imagem original, apresentando-se ora como descritivas e frias (modelo Gemini), ora como poéticas, porém genéricas (modelo ChatGPT). Nenhuma das IAGs foi capaz de mobilizar elementos contextuais, históricos ou subjetivos da obra. Houve, portanto, apagamentos significativos — os chamados "silenciamentos" — que desinformam ao ocultar sentidos relevantes, conforme discutido por Orlandi (2005). Tais fenômenos não ocorrem por acaso: são expressões da lógica algorítmica que, como apontam Santaella (2002) e Zuboff (2019), operam por simplificação, estatística, extração de padrões dominantes e homogeneizadores.

A etapa de validação com consultores cegos foi decisiva para consolidar o argumento central deste estudo: a IA, quando usada de forma não mediada, não apenas falha na tarefa de incluir, mas institui uma nova camada de exclusão — a exclusão algorítmica estética. A mediação automatizada se revelou insuficiente para possibilitar uma fruição estética sensível e plural à PcDV, limitando-se a fornecer dados formais, por vezes desconexos com a experiência da imagem.

Do ponto de vista educacional, há de se considerar que, a precariedade da formação docente em tecnologias inclusivas e a crença ingênua na neutralidade da IA criam um ambiente fértil para práticas excludentes, mesmo sob o discurso da inovação e da acessibilidade. A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) prevê o desenvolvimento do letramento digital e da empatia como competências educacionais, mas carece de diretrizes práticas para o uso ético e estético das tecnologias com PcDs.

Diante disso, conclui-se que a inclusão escolar com base em IA requer protocolos pedagógicos éticos, formação docente crítica, participação ativa das PcDVs e mediação estética situada. O uso da inteligência artificial, isoladamente, não garante acessibilidade - e pode, ao contrário, produzir desinformação mascarada de eficiência. Não significa dizer que, em breve, não possam se aperfeiçoar e se tornarem ferramentas profícuas.

Como desdobramentos desta pesquisa, recomenda-se: O desenvolvimento de formações docentes específicas em audiodescrição e ética da IA; A construção de frameworks ou diretrizes em AD, para treinar IAGs com base em perspectivas não hegemônicas; A formulação de políticas públicas que reconheçam a inclusão como processo; e A produção colaborativa de ADs envolvendo artistas, consultores PcDV, educadores e especialistas em tecnologia acessível.

Por fim, a presente pesquisa reafirma a centralidade da experiência humana, da sensibilidade pedagógica e da escuta ativa como fundamentos inegociáveis para a construção de uma educação a caminho de uma mínima inclusão estética e democrática.

Referências

- Araújo, J. da S., *et al.* (2025). O letramento digital na BNCC e o combate à desinformação. *Revista de Gestão e Secretariado*, 16(1), 1–19.
- Aumont, J. (1995). *A imagem* (2ª ed.). Papirus.
- Bender, E., Gebru, T., McMillan-Major, A., & Mitchell, S. (2021). On the dangers of stochastic parrots: Can language models be too big? In *Proceedings of the 2021 ACM Conference on Fairness, Accountability, and Transparency (FAccT '21)* (pp. 610–623). ACM Press. <https://doi.org/10.1145/3442188.3445922>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Senado Federal.
- Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- Deleuze, G. (1990). *A imagem-tempo* (2ª ed.). Brasiliense.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *O que é a filosofia?* Editora 34.
- Didi-Huberman, G. (2003). *O que vemos, o que nos olha*. Editora 34.
- Dondis, D. A. (1997). *A sintaxe da linguagem visual*. Martins Fontes.
- Dreyfus, H. L. (1992). *What computers still can't do: A critique of artificial reason*. MIT Press.
- Franco, E. (2008). *Tradução intersemiótica e audiodescrição: O texto visível*. UFBA.
- Fricker, M. (2007). *Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing* (2ª ed.). Oxford University Press.
- Gabriel, M. (2017). *Você, eu e os robôs: Como se transformar no profissional digital do futuro*. Atlas.

- Gadamer, H.-G. (1999). *Verdade e método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Vozes.
- Gell, A. (2018). *Arte e agência: Uma teoria antropológica*. Ubu.
- Gombrich, E. H. (2000). *A história da arte*. LTC.
- Google. (2025). *Gemini (Mai 2025 version)* [Large language model]. Google DeepMind.
- Hernández, F. (2007). *Educação e cultura visual*. Artmed.
- Irwin, R. L., Beer, R., Springgay, S., Grauer, K., Xiong, G., & Bickel, B. (2004). A/r/tography: Rendering self through arts-based living inquiry. *Journal of Curriculum Theorizing*, 20(1), 27–38.
- Jakobson, R. (1959). On linguistic aspects of translation. In R. A. Brower (Ed.), *On translation* (pp. 232–239). Harvard University Press.
- Kaufman, D. (2021). *Desmistificando a inteligência artificial*. Edições Sesc.
- Kress, G., & Van Leeuwen, T. (2006). *Reading images: The grammar of visual design* (2ª ed.). Routledge.
- Lemos, A. (2023). *Colonialismo digital: Comunicação e poder nas plataformas digitais*. Ubu.
- Motta, L. (2010). *Acessibilidade cultural: Tradutores e intérpretes de Língua de Sinais e Audiodescrição*. Secretaria de Cultura.
- Neves, J. (2011). *Audiodescrição e acessibilidade: Experiências e perspectivas*. Universidade Aberta.
- OpenAI. (2025). *ChatGPT (Mai 2025 version)* [Large language model]. OpenAI.
- Orlandi, E. P. (2005). *Discurso e leitura*. Cortez.
- Pêcheux, M. (1990). *Análise automática do discurso*. Editora da Unicamp.
- Ricoeur, P. (1997). A hermenêutica e a crítica da ideologia. In P. Ricoeur, *Do texto à ação: Ensaio de hermenêutica II* (pp. 123–148). Instituto Piaget.
- Rolnik, S. (2006). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Vozes.
- Santaella, L. (2002). *A imagem: Cognição, semiótica, mídia*. Iluminuras.
- Santaella, L. (2019). *Cultura e artes do pós-humano: Da cultura das mídias à cibercultura*. Paulus.
- Santos, M. P. dos. (2016). Inclusão crítica: Política, epistemologia e estética da diferença. In M. P. dos Santos *et al.* (Orgs.), *Educação e diferença: Perspectivas para a inclusão crítica* (pp. 45–70). Lamparina.
- Silva, A. A. da. (2019). *Graffiti, comunicação e antropologia da arte: Os indígenas no spray de Cranio e Raiz*. UFT.
- Sousa, F. G. de, Oliveira, R. V. de, & Castro, L. R. de. (2021). Tecnologias e inclusão crítica: Desafios da docência na contemporaneidade. *Revista do PGCTIn*, 4(2), 6–24.
- UNESCO. (2023). *Technology in education: A tool on whose terms?* UNESCO.
- Zuboff, S. (2019). *A era do capitalismo de vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Intrínseca.

ABSTRACT

This study critically analyzes the risks of intersemiotic misinformation caused by the use of generative artificial intelligence (GAI) in the audio description of artistic images aimed at students with visual impairments (PwDV) in the school environment. The research used an original image submitted to the ChatGPT and Gemini platforms to generate automated audio descriptions, which were analyzed in the discursive context, with critical validation by PwDV consultants. The results indicated symbolic erasures, aesthetic simplifications and lack of sensitive contextualization, evidencing risks to aesthetic enjoyment and inclusion. Although these are promising technologies, this study concludes that the use of AI tools requires ethical and pedagogical mediation. Generative AI does not replace listening, subjectivity and human experience, requiring teacher training and well-founded inclusive policies.

KEYWORDS: Audio Description; Artificial Intelligence; Intersemiotic Misinformation; School Inclusion; PwDV; Art and Technology.

RESUMEN

Este estudio analiza críticamente los riesgos de desinformación intersemiótica provocados por el uso de inteligencias artificiales generativas (IAG) en la audiodescripción de imágenes artísticas dirigidas a estudiantes con discapacidad visual (PcDV) en el entorno escolar. La investigación utilizó una imagen autoral inédita, sometida a las plataformas ChatGPT y Gemini para generar audiodescripciones automatizadas, las cuales fueron analizadas en el ámbito discursivo, con validación crítica por parte de consultores PcDV. Los resultados indicaron omisiones simbólicas, simplificaciones estéticas y falta de contextualización sensible, evidenciando riesgos para el disfrute estético y la inclusión. Aunque se trata de tecnologías prometedoras, este estudio concluye que el uso de estas herramientas requiere mediación ética y pedagógica. Las IA generativas no sustituyen la escucha, la subjetividad ni la experiencia humana, exigiendo formación docente y políticas inclusivas fundamentadas.

PALABRAS CLAVE: Audiodescripción; Inteligencia Artificial; Desinformación Intersemiótica; Inclusión Escolar; PcDV; Arte y Tecnología.